

Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais



*Aldair Oliveira de Andrade**

Resumo

A mobilidade de populações na região amazônica não é fenômeno recente. A implantação da Zona Franca de Manaus muda a configuração social, política e social da região. Objetivamos compreender, a partir de dados do IBGE e da SEPLAN, de notícias de jornal local as transformações sociais e ambientais na cidade de Manaus. Partimos dos dados disponibilizados por essas fontes sobre população, educação, renda, habitação e IDH da cidade de Manaus a partir da década de 1970, e informações jornalísticas desde a década de 1980. A pesquisa evidenciou transformações sociais e ambientais, com o surgimento de novos bairros, aumento da violência urbana, assoreamento de importantes igarapés, que entrecortavam a cidade e que eram utilizados como ponto de lazer, estrangulamento do sistema de abastecimento de água e energia, expansão significativa da malha viária da cidade e elevada produção de resíduos sólidos

Palavras-chave: Migração; Manaus; Zona Franca de Manaus

Abstract

The mobility of populations in the Amazon region is not a recent phenomenon. The implementation of the Zona Franca de Manaus changes the social setting, and social policy in the region. Aim to understand, from the IBGE and SEPLAN, news local newspaper about the social and environmental in the city of Manaus. We start from the data provided by these sources on population, education, income, housing and IDH Manaus city from the 1970, and news

* Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

items from the 1980. The research showed social and environmental changes, with the emergence of new neighborhoods, increased urban violence, siltation of streams important that entrecortavam the city and were used as a point of leisure, throttling system water and energy, significant expansion the road network of the city and high production of solid waste.

Keywords: Migration; Manaus, Zona Franca de Manaus

Introdução

A migração é um fenômeno que se reproduz na história da humanidade. Desde os primeiros agrupamentos humanos, a mobilidade de indivíduos ou grupos humanos é uma constante, com características que se repetem e se renovam. Os primeiros estudos sistemáticos de mobilidade populacional foram realizados por Ravenstein (1885) e por Everett Lee (1966), trazendo para o campo teórico uma realidade vivenciada há tempos.

Na esteira desses autores, inúmeros outros: Moura (1980), Melo e Moura (1990), Singer (1976), Balan (1973), Brito (2009), Martine (1975), Brigg (1973), Elizaga (1970), entre outros, têm se debruçado sobre o fenômeno migratório e suas mais diversas características, suas consequências sociais, econômicas e políticas.

Os autores que discutem a mobilidade populacional na Amazônia em geral vinculam o fenômeno a questões socioeconômicas. Durante muitos séculos a região esteve vinculada estritamente ao fornecimento de matéria-prima vegetal ou mineral, esse processo se intensifica quando, por interesses econômicos internacionais, há maior exigência do mercado internacional. O declínio do *boom* econômico advindo como extrativismo relega a região ao esquecimento e ao isolamento nacional, cenário que se modifica nos anos 1960 quando o governo militar adota estratégias político-militares de integração nacional e salvaguarda da fronteira brasileira (SILVA, 1999).

Não há dúvida de que tal medida concorreria para uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas, como também daria novos matizes à imaginação daqueles que já ouviram falar de Manaus. Essa nova perspectiva começa a tomar forma nas consciências dos migrantes, cremos nós, por dois motivos: consciência da própria condição econômica e social e a crença de construir



uma vida diferente da vivida na origem em novo destino: Manaus. Esses aspectos não divergem dos estabelecidos por Lee (1980) como determinantes da migração, associados ao local de origem e ao local de destino.

Migração para Manaus

A mobilidade de populações na região amazônica não é fenômeno recente. Na “ocupação” da região por povos ocidentais, as populações autóctones tiveram de abandonar seu *habitat* para escapar da escravidão (FREIRE, 1991).

No final do século 19 e primeiras décadas do século 20, a região amazônica recebeu contingentes de migrantes nordestinos para a exploração da *Hevea brasiliensis*, um período conhecido como o Fausto da Borracha (DIAS, 2007).

No final da Segunda Guerra Mundial, a economia regional, que tinha como base a venda do látex, retirado da *Hevea brasiliensis*, sofre quebra brusca no mercado internacional, que é inundado com a produção da Malásia. O *crash* da economia do Estado forçou a quebra do sistema de aviamento, a falência dos grandes seringalistas, perda do financiamento por grandes bancos, redução do capital para investimento da exploração dos seringais, o fechamento dos seringais nativos e, na ponta, o abandono do seringueiro à própria sorte.¹ – Com isso, o seringueiro vê-se forçado a migrar das calhas dos rios para as pequenas cidades da região, já que não dispõe de nenhuma outra atividade produtiva (BENCHIMOL, 1999; OLIVEIRA, 2003).

Esse é um primeiro movimento que percebemos influenciar o crescimento ou surgimento de pequenas cidades nas calhas dos grandes rios. As consequências locais são variadas, haja vista a falta de infraestrutura das pequenas localidades e seu isolamento geográfico regional.

Medidas governamentais foram tomadas no intuito de tornar a região viável economicamente, manter o homem das pequenas cidades em seu local de origem, seja pela implantação de projetos de desenvolvimento regional, seja pela intenção de erigir uma economia com características particulares de cada localidade. Um segundo movimento é a implantação no final da década de 1960 de uma zona franca na cidade de Manaus, intensificando o fluxo migratório periferia-centro do Estado do Amazonas.

É preciso estar claro que uma cidade ou região não se torna centro de atração populacional como um passe de mágica, isso geralmente está relacionado a estratégias adotadas pelo poder econômico, pela adoção de medidas institucionais do Estado ou por descobertas de riquezas que tornam a região polo de atração populacional.

Manaus já desempenhara em tempos pretéritos certo protagonismo econômico. Seria pouco provável que qualquer estratégia adotada que visasse o desenvolvimento regional não levasse esse fato em conta. A esse respeito, afirma Singer (1990) que “as cidades que acabaram por se industrializar foram, geralmente, aquelas que já tinham relativa expressão urbana, por terem sido antes importantes centros comerciais” (p. 218).

A estratégia empregada para implantar uma zona franca na cidade de Manaus foi sustentada por duas vertentes: política, no intuito de integrar a Amazônia ao Brasil e aumentar a proteção das fronteiras, e econômica, desenvolver uma economia sustentável, transformando Manaus em polo de produção de bens de consumo duráveis para todo o país.

A cidade de Manaus passou a exercer força de atração sobre muitas pessoas tanto dos diversos municípios do Estado quanto de Estados vizinhos, pela possibilidade de oferta de emprego e melhores condições de vida. Falamos em possibilidade, porque efetivamente nem todos os que migraram para a Manaus trabalharam no PIM ou tiveram condições de vida mais favoráveis ao se tornarem industriários.

Tal força de atração tem contribuído significativamente para que, a cada censo demográfico, deparemo-nos com a multiplicação dos índices populacionais, que são incrementados continuamente pelos fluxos migratórios, que favorecem as transformações na configuração da cidade de Manaus.

A implantação da Zona Franca de Manaus, na segunda metade do século 20, muda a configuração social, política e social da região e, mais especificamente, do Estado do Amazonas. Estudos realizados a partir da década de 1980, como o de Bentes (1983) e o de Melo e Moura (1990), têm como eixo norteador a mobilidade populacional para a cidade de Manaus.

Em 1983, Bentes² realiza pesquisa no intuito investigar os motivos desencadeadores da migração para Manaus, ocasião em que identificou que os migrantes relacionam a migração a basicamente nove motivos: familiares, educacionais, econômicos e financeiros, trabalho, saúde, ambientais, pessoais,



locacionais e a Zona Franca de Manaus.

O autor considerou como universo espacial da pesquisa todas as residências da cidade de Manaus, constante nos arquivos do Cadastro Imobiliário de Manaus. A amostra foi retirada na proporção de 2% do universo, e estratificada por bairro e rua por ordem alfabética, sendo o primeiro domicílio escolhido aleatoriamente e os demais escolhidos de modo sistemático de 50 em 50 a partir do primeiro, o que resultou numa amostra de 1.976 domicílios, ampliados para 2.000 como tentativa de cobrir as áreas de expansão dos bairros periféricos não constantes nos arquivos do cadastro (BENTES, 1983: 11).

Em pesquisa realizada por Melo e Moura (1990)³ com chefes de famílias em Manaus, constatou-se como fatores preponderantes as motivações econômicas, o desejo de um trabalho melhor, a baixa remuneração auferida na origem, a falta de trabalho, além de questões relacionadas às condições de vida de um modo geral e com a organização da produção.

Os autores tinham como objetivo entender o fenômeno do crescimento populacional acelerado em Manaus, a partir da compreensão de que o movimento populacional representava a expressão de uma grande e complexa problemática macrorregional e urgia conhecer mais profundamente possível como base para sua solução.

O estudo foi realizado com base em observações diretas e de campo, por meio de contatos com instituições e pessoas em Manaus, numa segunda fase foram realizadas excursões durante três semanas nos municípios previamente selecionados como mais representativos dentro das áreas consideradas significativas de emigração. Durante a pesquisa de campo nos municípios, foram contatados rurícolas e realizados seminários nos escritórios da Emater, a fim de fornecer acervo de informações e observações interpretativas acerca dos assuntos e problemas de interesse da pesquisa.

Para identificação das áreas de procedência dos migrantes, foi realizada em janeiro/fevereiro de 1987, no espaço urbano de Manaus, visita a 1.145 domicílios, objetivando identificar, entre outras coisas, a última procedência dos imigrantes. A pesquisa nos domicílios identificou 5.712 pessoas, sendo 1.965 (34,5%) não naturais. O levantamento conclui que 9% dos migrantes eram oriundos do Careiro; 6% de Coari; 5,8% de Parintins; 5,7% de Itacoatiara; e finalmente 2,9% de Tefé (MELO e MOURA, 1990: 105).

Os amazonenses que migram para Manaus vêm de duas origens distintas: zona rural e zona urbana. Nota-se crescimento populacional significativo se comparado à zona rural com a zona urbana no Estado do Amazonas a partir da década de 1970 (Gráfico 1).

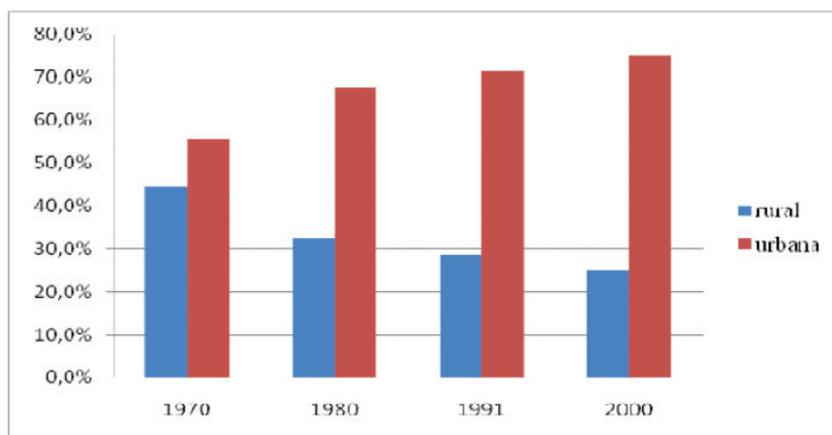


Gráfico 1 – População urbana e rural no Estado do Amazonas
Fonte: IBGE/PNUD, 1970, 1980, 1991, 2000.

Identifica-se que a migração para Manaus se dá em etapas no sentido rural-urbano e urbano-urbano, alguns migraram da zona rural para pequenas cidades, onde ficaram por algum tempo e, em seguida, migraram para Manaus, outros migram diretamente da zona rural para Manaus. Esse é um quadro típico da migração interna no Estado do Amazonas (JORNAL DO COMÉRCIO, 2006).

O grupo estudado em sua maioria veio de cidade em que o único meio disponível para locomoção é o transporte fluvial, que é realizado por embarcações denominadas regionalmente de ‘batelões’. Os batelões transportam tanto passageiros como carga, sendo responsáveis por boa parte do abastecimento das cidades da região. Poucas cidades têm o serviço de transporte aéreo, que, em comparação ao transporte fluvial, requer um investimento bem superior.

O grupo de migrantes entrevistados se deslocou para Manaus em sua maioria, utilizando o transporte fluvial (73%), transporte terrestre (24%) e

apenas 3% migrou utilizando o transporte aéreo. Outra forma de transporte é a balsa, muito embora sua característica principal seja o transporte de carga, pode ser utilizada como transporte de passageiro. A carga transportada pelas balsas vai desde o gás de cozinha envasado em Manaus, produtos importados vindos, sobretudo, da China, víveres, material de construção e limpeza, e duráveis produzidos no PIM. Dependendo da capacidade de propulsão do empurrador, e da distância em relação a Belém ou Manaus, uma viagem poder chegar a 15 dias de seu início a seu fim.

O transporte nas embarcações é relativamente lento, dependendo do destino são necessários dias ou semanas. Entre as cidades da mesma calha, por exemplo, o transporte se torna relativamente perto, um a dois dias. O deslocamento entre cidades de calhas diferentes, geralmente despende tempo bem superior ao realizado entre cidades da mesma calha.

Medidas mitigadoras do movimento migratório para Manaus foram implementadas a partir da década de 1970. Projetos governamentais federais e estaduais foram conduzidos no intuito de fixar o amazonense em sua cidade de origem. Instituições como Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e, mais atualmente, o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) têm mantido esforço contínuo em fortalecer a economia regional, com investimentos na agricultura, na pecuária, no intuito de tornar as pequenas cidades autossustentáveis (BATISTA, 1976).

No contexto da década de 1980, no Estado do Amazonas durante a administração do governador José Lindoso, são elaboradas medidas no sentido de desenvolver o setor agrícola no Estado. A estratégia adotada foi firmar convênios com empresas com tecnologia para utilização de área de várzea na zona rural de Manaus e produção agrícola. Esse é um capítulo à parte, sobre o qual nos deteremos mais adiante, quando analisarmos o perfil da origem dos migrantes amazonenses estudados (A CRÍTICA, 1980: 10).

Transformações da cidade

Os Censos de 1970, 1980, 1991 e 2010 demonstram um crescimento médio da população de Manaus de 400.000 a cada década. As pesquisas de

Bentes (1983) e Melo e Moura (1990), que comprovam o crescimento do fluxo migratório, intensificam-se após a década de 1970.

No Censo de 1980 constatamos que a cidade de Manaus tinha uma população de 629.666 habitantes, distribuídos em: 534.126 naturais, com um percentual de 84,33%; 94.804 de outras Unidades da Federação, ou seja, 14,49%; 676 habitantes classificados como Brasil sem Especificação por não identificar o Estado da Federação de nascimento, que representam 0,11% e 3.060 imigrantes. A partir dos dados acima, podemos deduzir que 3.717, ou seja, 0,59% da população de Manaus eram Migrantes Amazonenses, e que 96.197, ou seja, 15,19% eram Não Naturais do Estado (Quadro 1).

Ano	População Manaus	Naturais de Manaus	Nascidos em outras UFs	Brasil s/especificação	Estrangeiros	Migrantes Amazonenses	Migrantes em Manaus
1980	629.666	534.126	91.804	676	3.060	3.717	96.197
1991	1.011.501	731.745	140.840	4.104	1.570	138.916	278.186
2000	1.405.834	910.827	242.749	1.469	3.983	246.807	491.025
2010	1.805.000						

Quadro 1: População da cidade de Manaus.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Com o Censo de 1991, identifica-se mudança substancial na demografia da cidade de Manaus, que passa a contar com uma população de 1.011.501 habitantes, sendo que 731.745 são Naturais, ou seja, 72,34%, dado que nos indica um crescimento de 8% da população natural em relação à década anterior. Observa-se também um crescimento quanto ao contingente de migrantes amazonenses, sendo computado pelo censo um total de 134.812 habitantes, que representam um percentual de 13,33% da população, que evidencia uma superioridade de 16.585 comparando a 1980. Mesmo diante desse aumento expressivo de migrantes amazonenses na cidade de Manaus, nota-se um decréscimo de 5% em sua população se comparado com a década anterior.

O Censo Demográfico/2000 registra que Manaus tinha uma população de 1.405.835 habitantes, sendo 910.827 (64,79%) Naturais; 242.749 (17,27%)



de outras Unidades da Federação, 3.982 (0,28%) imigrantes; 1.469 (0,10%) foram classificados como Brasil sem Especificação e 246.807 (17,56%) como Migrantes Amazonenses. Os 246.807 migrantes amazonenses pertenciam a treze (13) Microrregiões que formam o Estado.

A densidade populacional da cidade de Manaus aumenta significativamente nos anos 2000. Em 1991 a densidade populacional da cidade era de 88,82 hab./km², em 2000 chega a 123,31 hab./km², dez anos depois, 2010, a cidade tinha 158,06 hab./km². Reflexo desse crescimento pode-se perceber no surgimento significativo de novos bairros na cidade. Na década de 1964, a cidade de computava 34 bairros, passando a 63 em 2010. Em quarenta anos, são criados na cidade 29 (vinte e nove) novos bairros, marcadamente nas Zonas Norte (34%) e Zona Leste (31%) da cidade (SEPLAN, 2011).

Os dados divulgados do último Censo/2010 são parciais, mas pode-se verificar que a cidade de Manaus tem uma população de 1.805.000 habitantes; desse contingente, 614.421 estão na faixa etária de 16 até 65 anos de idade, sendo 146.337 desocupados e 468.084 ocupados (SEPLAN/DEPI, 2010).

A cidade de Manaus assume grande preponderância na dinâmica do Estado do Amazonas, seja por concentrar 50% da populacional do Estado, 39% dos estabelecimentos de saúde, 20% dos estabelecimentos de ensino, e 52% de estabelecimentos de outras finalidades. Sua centralidade não resulta unicamente da implantação do PIM; desde o período econômico da borracha, identifica-se forte atração que a capital exerce sobre os habitantes do próprio Estado como de outros Estados da Federação (OLIVEIRA, 2003; DIAS, 2007; IBGE, 2010).

A implantação do PIM inaugura um novo período econômico na região. Ao analisar as mudanças da cidade de Manaus a partir dos anos 1980, nota-se o surgimento de uma classe média mais numerosa, o acirramento das desigualdades sociais, o crescimento vertiginoso da violência urbana, o estrangulamento da malha viária, a intensificação da sensação de insegurança, a degradação ambiental com o significativo crescimento da produção de resíduos sólidos, entre outras expressões desses desequilíbrios (OLIVEIRA, 2003; SEPLAN/DEPI, 2001, 2002, 2006, 2008, 2009, 2010).

A cidade de Manaus tomou ares de cidade grande; nova paisagem se impõe aos que chegam e passam, a estrutura urbana foi modificada, o seu gigantismo urbano torna quase impossível conhecê-la em sua totalidade. Nas

três últimas décadas, a cidade muda sua face, os *shopping centers* e os arranha-céus reconfiguram a dinâmica da vida e de sua paisagem. Ao mesmo tempo, diferenças abissais na vida de sua população, a miséria e a pobreza se acentuam, os programas governamentais de transferência de renda e de moradias não minimizam a miséria, que se concentra nos bolsões criados em sua periferia (OLIVEIRA, 2003; A CRÍTICA, 1980-2010).

A construção de grandes condomínios fechados, de prédios de apartamentos de luxo em áreas nobres, tem como contemporâneo o surgimento de novos bairros com precárias condições habitacionais, com infraestrutura pública inadequada, serviços de fornecimento de água, de luz e de esgoto; os serviços públicos de saúde e educação só atendem parte da população. Os grandes conjuntos, construídos a partir da década de 1980, não resolveram os problemas habitacionais de sua população (OLIVEIRA, 2003; A CRÍTICA, 1980-2010).

Os problemas sociais são agravados com a falta de proteção aos trabalhadores, que passam a buscar no mercado informal os meios necessários para a satisfação de suas necessidades básicas. No mercado informal, o trabalhador torna-se totalmente dependente de necessidade diária de sobrevivência, pois os ganhos estão condicionados ao trabalho ininterrupto. Ao contrário, o trabalho formal, como nos ensina Castel (1998), pressupõe as proteções sociais em situações de doença, velhice, morte ou incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho.

Para Silva (2004), a política social é concebida como uma arena de interesses e conflitos contraditórios em torno do acesso à riqueza. Assim, as políticas públicas, sociais e econômicas são uma expressão de conflitos de interesses das camadas e classes sociais. Segundo a autora, nas últimas décadas, a forma de gestão da seguridade social brasileira tem passado por transformações significativas. Tem se instalado um processo de esfacelamento de conquistas históricas, a precarização da oferta de serviços públicos, a perda de direitos, os incentivos à criação pela iniciativa privada de planos de aposentadorias e serviços de saúde tem reduzido o papel do Estado.

A passagem pelas ruas e calçadas dos bairros da periferia de Manaus e até mesmo do centro da cidade nos revela a proliferação das atividades informais, vendedores ambulantes, barraqueiros e quituteiros disputam com as grandes lojas os clientes passantes. Esses são elementos que fazem parte



da composição da Manaus de hoje, de uma cidade que tem novos ares, que acentuou suas contradições (A CRÍTICA, 1980-2010).

As notícias de jornais e a literatura sobre a cidade descrevem uma cidade com grandes restaurantes, de casas noturnas, de boates, de grandes hotéis, de grandes lojas de departamentos, mas também uma cidade de guetos, casas de forrós, pontos de prostituição, de botecos, de ruas lamacentas, de palafitas e casebres, de “banquinhas” e pequenas vendas como sustento da família, de trabalhos informais precarizados e precários, do furto e do medo, uma cidade que está vivendo um verdadeiro processo de apartação social. Cidade de carros luxuosos, importados ou nacionais e de ônibus urbano, superlotado com sua massa de trabalhadores, que dividem a estrangulada malha viária (A CRÍTICA, 1980-2010; OLIVEIRA, 2003)

A cidade de Manaus comporta metade da população do Estado. Transformações sociais e ambientais são facilmente perceptíveis: surgiram novos bairros, conjuntos habitacionais foram construídos, aumento da violência urbana, assoreamento de importantes igarapés que entrecortavam a cidade e eram utilizados como ponto de lazer, estrangulamento do sistema de abastecimento de água e energia, expansão significativa da malha viária da cidade, elevada produção de resíduos sólidos (A CRÍTICA, 1980-2010).

O grupo de migrantes relata em sua maioria que a cidade de Manaus enfrenta basicamente três problemas: crescimento da violência, trânsito caótico, deficiência na oferta dos serviços públicos (PESQUISA DE CAMPO, 2011-2012).

As transformações ocorridas nas últimas três décadas deram uma nova cara à cidade, o crescimento populacional traz consigo uma série de demandas sociais e políticas, a ampliação da violência urbana é visível, a elevação da temperatura urbana é sentida pelos habitantes, o transporte urbano é problema latente nas últimas décadas, o fornecimento de água potável para a população apesar da adoção de medidas estruturais ainda é um precário, a malha viária está comprometida apesar da criação de grandes complexos viários (A CRÍTICA, 2010).

Em Manaus, segundo dados do Anuário Estatístico, percentual da população com abastecimento adequado de água tem crescido em 1970 somente 42,7% população tinha abastecimento adequado, passando esse percentual em 1980 para 70,9% e 81,9% em 1991.

Os dados também demonstram um crescimento da população com abastecimento de esgoto, 29,5% em 1970, 44,9% em 1980, passando a 45,3% em 1991 (SEPLAN, 2001-2009). É pertinente observar que esses dados são oficiais, e de fato não representam fielmente a realidade. Não é preciso um diagnóstico muito detalhado para descobrir que esses dados escondem, ou melhor, escamoteiam a realidade dos fatos. Os dados são fornecidos pela empresa prestadora de serviço ao poder público. São dados elaborados a partir dos registros instalados, não se levando em conta a qualidade e a efetividade dos serviços (A CRÍTICA, 2010).

Os telejornais regionais e os jornais impressos registram diariamente notícias sobre falta de abastecimento de água em diversos bairros da cidade, principalmente os da periferia da cidade. Essa questão tem sido ao longo das últimas décadas plataforma de campanhas políticas, além de ter sofrido interferência do poder público com a privatização do serviço antes fornecido pelo Estado pela Companhia de Saneamento do Amazonas – Cosama. Em 29 de junho de 2000, em leilão público na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Suez, empresa francesa que atua na área de saneamento, foi vencedora do leilão da Manaus Saneamento, subsidiária integral da Companhia de Saneamento do Amazonas. Em 11 de agosto de 2000, a empresa passou a se chamar Águas do Amazonas S.A. Muito recentemente, a concessão desse serviço foi dada para empresa Manaus Ambiental.

Mesmo saído da tutela do poder público, a cidade continua sofrendo problema de abastecimento de água potável (A CRÍTICA, 2012).

Faz parte do senso comum, conhecimento partilhado por todos, que a violência é um dos problemas que afligem principalmente as grandes cidades. O poder público tem se empenhado em reduzir a criminalidade com medidas paliativas, como a construção de mais presídios. É também partilhado pelo senso comum que tais medidas não resolvem um problema de tamanha complexidade. Primeiramente sua existência é própria da vida em sociedade, variando em maior ou menor grau na relação com a distribuição de renda e a existência de possibilidades objetivas de defesa da dignidade humana. As injustiças sociais, a falta de educação, a má distribuição de renda, a exploração, o desrespeito à vida em sociedade, a falta de zelo moral são facetas da existência de uma sociedade desigual.

No caso particular de Manaus, contexto que analisamos, é possível

identificar um crescimento significativo dos registros de ocorrências policiais a partir de 2000 (Gráfico 5).

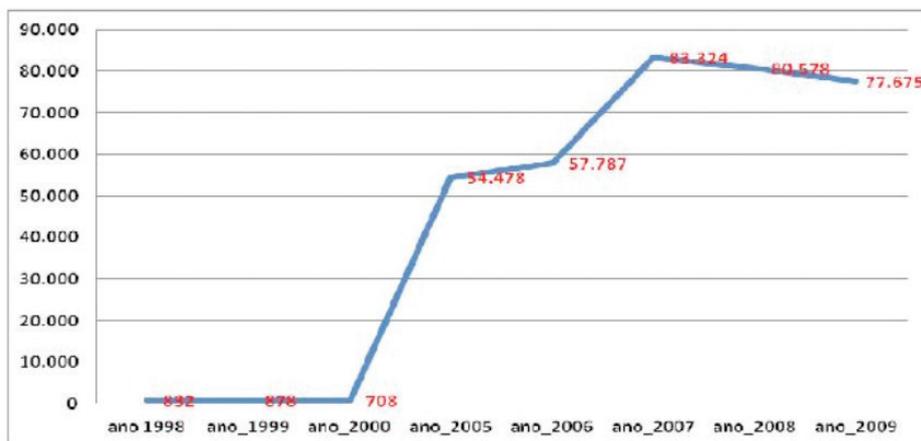


Gráfico 05 – Ocorrências policiais registradas.
Fonte: SEPLAN, 1998-2009.

Esses, de algum modo, reforçam as observações do homem comum, quando afirma que a cidade está mais violenta. Os dados que apresentamos são oficiais, registrados, o que certamente não corresponde à totalidade das ocorrências da cidade, haja vista que nem sempre os delitos são comunicados ao poder público. Tal comportamento é adotado tendo em vista o descrédito que o cidadão comum da prestação desse serviço pelo poder público.

Seria pouco provável imaginar que uma cidade, que alcançou em tão pouco tempo um crescimento tão acentuado, sendo hoje a sétima capital mais populosa do país, não trouxesse nesse processo problemas sociais, desemprego, violência, aumento da degradação ambiental, aumento do custo de vida etc.

Manaus em 1995 produziu 590.118 toneladas de resíduos sólidos, chegando em 1999 a 773.643 toneladas. Esse número sofreu um decréscimo em 2002, quando foram registrados a remoção de 342.562 toneladas. Os dados disponíveis não nos revelam qual o motivo dessa queda nos anos 2000. Se há um crescimento populacional significativo, custamos acreditar que tenha havido uma redução tão significativa da produção de resíduos; no entanto, duas hipóteses são prováveis: uma supervalorização dos números da década de 1990, distorcendo a realidade dos fatos, aparecendo na década seguinte

números mais próximos à realidade tendo em vista maior fiscalização na prestação do serviço (SEPLAN/DEPI, 1995; 2002).

Manaus tem hoje uma configuração espacial bem diferente de há 50 anos. Na década de 1960, ainda se encontrava igarapés onde a população usava como área de lazer. Segundo Oliveira (2003), na área central de Manaus em 1852 havia sete igarapés que drenavam o núcleo central e os primeiros bairros, igarapé de Manaus, São Vicente, Monte Cristo, Bica da Boa Vista, Aterro ou Remédios, Espírito Santo e Ribeira das Naus.

Em pleno século 21, os igarapés que sobreviveram aos aterros e desvios, as construções de vias públicas, prédios e residências se transformaram em esgotos a céu aberto, depósito de resíduos sólidos mais diversos. Na última década o governo, por meio do Programa de Recuperação dos Igarapés, tem realizado obras de dragagem e desassoreamento dos igarapés com a retirada de lixo do leito e limpeza das margens. Também foram construídas e reformadas pontes e passarelas para facilitar o acesso às casas. As pessoas em áreas de risco estão sendo transferidas para casas que oferecem melhores condições de conforto e segurança. Na primeira fase foram beneficiados moradores dos igarapés do Franco, Mindu, Bindá, Santo Agostinho, Franceses, Bombeamento, Sapolândia, 13 de Maio, Cachoeirinha, Mestre Chico, Quarenta, Bittencourt, Manaus (SEINFRA, 2012).

Essa tem sido a versão oficial do Estado por meio da Secretaria de Infraestrutura; no entanto, a revitalização dos igarapés de Manaus necessita medidas muito mais sérias, implementar um Plano Diretor de Resíduos Sólidos, que busque soluções definitivas para a coleta, destinação dos resíduos sólidos, para dizer o mínimo. Sabemos que tal problema é sem dúvida alguma apenas a ponta do *iceberg*, é apenas o sintoma de uma cidade com abissais desigualdades sociais, onde poucos têm muito e muitos têm muito pouco.

O trabalho dos órgãos municipais e estaduais é trabalho de Sísifo, se não houver um investimento maciço na dignidade da numerosa população de Manaus, em um sistema eficiente e eficaz de coleta e destinação de seus resíduos, seus igarapés, os barrancos, as valas, os mananciais continuarão sendo depósitos a céu aberto (A CRÍTICA, 2004).



Considerações finais

É inegável que, ao longo dos seus 343 anos, Manaus passou por transformações significativas, que se acentuaram a partir dos anos 1960, se transforma num grande centro econômico na região amazônica, criação e melhoria na oferta de serviços em muitos segmentos, transformações abruptas em sua paisagem urbana, uma explosão demográfica sem precedentes, crescimento da violência urbana, assoreamento de afluentes e mananciais, destruição paulatina da vegetação nativa, crescimento da frota automotiva, para citar algumas. Uma cidade em que a cada dia se acentuam as desigualdades sociais.

Manaus vive hoje um dilema típico de uma cidade com dois milhões de habitantes, não se transformar em uma selva de pedra, lugar inóspito para os que aqui vivem, não perder em nome de um progresso autofágico, a candura e a leveza de uma cidade que nasceu no seio da maior floresta tropical do mundo e na confluência dos rios Negro e Amazonas.

Notas

1 O sistema de aviamento e os seus protagonistas dariam um capítulo à parte. Bancos, seringalistas e seringueiros formavam uma corrente, onde o elo mais frágil era o seringueiro, que em síntese fora “ludibriado” com promessas de riqueza, quando de fato foi submetido a um regime de escravidão e abandono.

2 Pesquisa realizada em Manaus com chefes de famílias migrantes e não migrantes, que entrevistou 2.000 chefes de famílias, migrantes naturais de 234 municípios brasileiros, sendo que 56,7% do Estado do Amazonas, 11,5% do Pará, 9,9% do Ceará, 6,9% do Acre.

3 Moura e Melo (1990) constituiu o universo da pesquisa por domicílios particulares ocupados no quadro urbano de Manaus, tendo como referência 1987, tendo em vista que a população estava estimada em 1.051.371 habitantes com a média de 5,5 pessoas por domicílio, estimado em 191.158. A partir de cálculos estatísticos, o autor determinou sua amostra de pesquisa em 1.145 unidades domiciliares urbanas.

Referências

A CRÍTICA. *Gutierrez refloresce o milho*. Manaus, 20 jan. 1980. Caderno especial, p. 10.

_____. *Por que os rios choram*. Onde eles morrem. Manaus, 4 jan. 2004.



Caderno Cidades, p. 4.

_____. *Em Seminário Internacional de Segurança, Omar reclama da falta d'água em Manaus*. Manaus, 6 set. 2012. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-Amazonas-Amazonia-Cotidiano-seminario-Omar-Aziz-criticas-Falta-de-Agua-Abastecimento-de-agua-Aguas-do-Amazonas-Manaus-Ambiental-CPI-Proama-Camara-de-Municipal-de-Manaus_0_764323611.html. Acesso em: 6 set. 2012.

BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Manaus: Valer, 1999.

BENTES, Rosalvo. *A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus*. Dissertação de Mestrado. Belém, 1983 (mimeo).

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 2007.

GEO-MANAUS. *Relatório ambiental urbano integrado*. (Cord.). Ana Lúcia Nadalutti La Rovere, Samyra Crespo; Rui Velloso. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55567461/>. Acesso em: 5 set. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IX Recenseamento Geral do Brasil 1980*. Censo Demográfico: Dados Gerais – Migração – Instrução – Fecundidade – Mortalidade, Amazonas. Rio de Janeiro: IBGE, 1983, volume 1, tomo 4, número 4.

_____. *Censo Demográfico 1991: Migração – Resultado da Amostra n. 4 – Amazonas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, p. 230.

_____. *Censo Demográfico 2000: Características Gerais da População – Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. *Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=am>. Acesso em: 15 ago. 2010.

LEE, Everett, S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/Etene, 1980.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: A cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, 2003.

_____. *Cidade de Manaus: visões interdisciplinares*. Manaus: Edua, 2003.

SEINFRA. *Programa de Recuperação dos Igarapés de Manaus*. Disponível em:

http://www.seinf.am.gov.br/pagina_interna.php?cod=5. Acesso em: 5 jan. 2012.

SEPLAN. *Condensado de informações sobre os municípios do Estado do Amazonas 2011*. Manaus: 2011. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/indicadores/cond_rmm/condensado_rmm.pdf. Acesso em: 5 jan. 2010.

SEPLAN/DEPI. *Anuário Estatístico do Amazonas*. Manaus: 2001-2002. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso: 5 jan. 2010.

_____. *Anuário Estatístico do Amazonas*. Manaus, 2006. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. *Anuário Estatístico do Amazonas*. Manaus, 2008. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. *Anuário Estatístico do Amazonas*. Manaus, 2009-2010. Disponível em: <http://www.seplan.am.gov.br/pagina.php?cod=114>. Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. *Condensado de informações da Região Metropolitana de Manaus*. Manaus, 2009. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/indicadores/cond_rmm/condensado_rmm.pdf. Acesso em: 5 jan. 2010.

_____. *Indicadores socioeconômicos da Região Metropolitana de Manaus*. Manaus, 2010. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/prmm_final.pdf. Acesso em: 6 jan. 2012.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo.

In: MOURA, Hélio (Coord.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB/Etene, 1980, p. 211-244 (Série Estudos Econômicos e Sociais).

SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004

